

Contabilidade *Versus* Fluxo de Caixa

Caderno de Estudos, São Paulo, FIECAFI, nº20 – Janeiro a Abril/ 1999

Eliseu Martins

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade — FEA/USP

Prof. Titular da Departamento de Contabilidade e Atuária — FEA/USP

Membro da Comissão Consultiva sobre Normas Contábeis da Comissão de Valores Mobiliários – CVM

Introdução

Muito se tem escrito e falado recentemente a respeito da “superioridade” do Fluxo de Caixa sobre a Demonstração do Resultado, da “volta da Contabilidade ao custo histórico puro” e até da maior utilidade do Regime de Caixa sobre o de Competência para fins de gerenciamento das empresas. O nosso objetivo aqui é procurar mostrar que tudo isso pode ser válido, para quem não entende de Contabilidade, ou não sabe de fato o que é Regime de Competência, ou então para quem está sempre atrás de novos modismos, quaisquer que sejam, independentemente de uma análise crítica e racional.

As Demonstrações Contábeis e o Fluxo de Caixa

Em primeiro lugar discutamos a respeito do relacionamento entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa. Infelizmente ainda encontramos quem ache que a questão é de alternativa: ou um ou outro, sem que se perceba a ligação umbilical entre as Demonstrações Contábeis e o Fluxo de Caixa.

Talvez a grande falha resida exatamente entre nós, Contadores, quando deixamos de mostrar aos nossos usuários que essa conexão é íntima e fundamental. O Balanço e a Demonstração do Resultado, se elaborados à luz do custo histórico puro e na ausência de inflação, é a distribuição lógica e racional ao longo do tempo do Fluxo de Caixa da empresa. E é talvez necessário que esclareçamos isso aos consumidores do nosso produto. Precisamos saber mostrar que um ativo possui, além das disponibilidades e das aplicações de caixa efetuadas, direitos que estão para se transformar em caixa. E, além disso, possui bens que estão representando o montante de caixa desembolsado ou a ser desembolsado em função de sua aquisição. E que o passivo representa valores a desembolsar futuramente. Logo, o balanço inteiro, sem exceção, possui ligação com o Fluxo de Caixa. A Demonstração do Resultado possui receitas que foram ou serão recebidas na forma de dinheiro e despesas que foram ou serão pagas da mesma forma. Assim, o lucro obrigatoriamente transita pelo caixa da empresa.

Alguns itens podem dar uma dificuldade maior de entendimento aos iniciantes, é verdade. Por exemplo, a aquisição de mercadorias a prazo produz o registro do ativo antes do seu desembolso e pode acontecer de esses bens serem baixados antes mesmo do respectivo pagamento. Assim, há, sempre, uma diferença no tempo entre o momento em que se registra o lucro com a transação e o efetivo aparecimento, no caixa, do respectivo montante. Ainda mais que as vendas podem também ter essa diferença temporal. Mas, inexoravelmente, o lucro bruto transita pelo caixa. E a diferença, em termos de tempo, normalmente é pequena.

Qual é então a diferença entre a Demonstração do Resultado e o Fluxo de Caixa? Ora, o registro das vendas no momento de sua ocorrência representa muito melhor a verdadeira capacidade de geração de lucro e de caixa do que o recebimento do dinheiro dos clientes. E a contraposição do custo das mercadorias vendidas a essas vendas mostra muito melhor o diferencial produzido pela operação do que o registro, num período, do pagamento das mercadorias, e no outro, o do recebimento das transações realizadas. Como ambos os fluxos financeiros não acontecem simultaneamente, isto é, não há coincidência entre o recebimento e o pagamento, o regime de caixa puro e simples produziria distorções enormes na mensuração do quanto se está ganhando ou perdendo nas operações. Daí a inteligência humana haver criado o Regime de Competência em que se tem a junção e a confrontação entre os fluxos de entrada e saída e o seu respectivo saldo, evidenciando-se o que não é tão bem visível no puro Fluxo de Caixa.

Claro que seria muito mais simples o registro tão somente do Fluxo Financeiro puro, mas ilusões estariam sendo criadas quando do descasamento (que está sempre ocorrendo) entre o recebimento e o pagamento. O mesmo diz respeito às demais despesas e receitas operacionais. Imagine-se uma empresa com um empréstimo que prevesse uma carência nos juros por um certo período. Que perigo não se considerar esse encargo pela sua ocorrência, deixando-se para computá-lo tão somente no seu pagamento.

Problemas Especiais

A Depreciação

Um ponto que produz dificuldade enorme é o relativo às depreciações, amortizações e exaustões. Inclusive é comum a expressão “esses itens nada têm a ver como Caixa”. Que absurdo! Uma depreciação nada mais é do que a alocação de um pedaço do caixa desembolsado (ou mesmo a desembolsar) na aquisição de um imobilizado. Logo, a depreciação tem tudo a ver com caixa. A única diferença é que é enorme a probabilidade da diferença temporal entre o reconhecimento desse encargo e o respectivo reflexo financeiro ser grande. Além disso, mesmo no período do pagamento do respectivo ativo, apesar de ser possível já haver uma depreciação relativa a esse bem, a diferença entre os valores também é muito grande. Daí a necessidade de se separar melhor: para efeito dos fluxos financeiros considera-se a saída quando da aquisição e, por causa disso, não se

pode computá-la de novo, o que duplicaria o efeito quando do reconhecimento da depreciação.

Assim, é absolutamente errônea a idéia de que a depreciação, a amortização ou a exaustão nada tenham a ver com reflexo financeiro. Existe, isso sim, uma relação direta com o caixa, só que normalmente a relação não é com o caixa do mesmo período.

Raciocínio complementar há de ser feito quando da venda ou baixa de um ativo depreciado. Se alienado com lucro, estaremos tão somente registrando que há uma diferença (entre reflexo financeiro e os registros contábeis) sendo consertada agora: a venda produz uma entrada de caixa que, confrontada com o dinheiro investido na aquisição do imobilizado nos dá o valor efetivo do dinheiro sacrificado pela utilização do bem. E o lucro (ou prejuízo) na alienação é a diferença entre esse sacrifício financeiro e a soma das depreciações contabilizadas até então.

Com isso, retificamos os valores contabilizados anteriormente, complementando a depreciação total registrada (se prejuízo na venda ou retificando o total anteriormente contabilizado, se lucro). A soma, portanto, das depreciações acumuladas com os lucros ou prejuízos nas vendas (ou perdas nas baixas) é o exato valor do sacrifício sentido “na boca do caixa” com relação ao ativo em questão. Só que com Regime de Competência alocamos mais inteligentemente essa perda financeira ao longo do tempo, ao invés de simplesmente fazê-la desaparecer num simples Fluxo de Caixa. Neste haverá a saída pela aquisição num período e a entrada, vários períodos depois, do eventual valor de alienação, sem a visão adequada do cotejo entre os dois para que se tenha a idéia do que representou financeiramente, aquisição e o uso desse ativo. Fundamenta-se mais ainda a velha assertiva de que, mesmo que as depreciações contábeis em cada ano sejam estimadas, é melhor tê-las! É muito melhor uma estimativa razoável do que o erro absoluto.

As Provisões Para Perdas

Já falamos no reflexo financeiro da figura do lucro bruto. Mas, na dúvida quanto ao efetivo recebimento das vendas efetuadas, reconhecemos contabilmente a provisão respectiva, numa evidência adicional do relacionamento da Contabilidade e o Caixa. Ao registrarmos a provisão já consideramos a parcela que se espera não será efetivamente recebida.

Noutro exemplo, se adquirirmos mercadorias e até as pagamos, já temos um reflexo financeiro. Mas não computamos nada ainda para efeito do lucro contábil para que possamos confrontar esse desembolso com a receita da venda dessas mesmas mercadorias. Mas, se as condições de mercado evidenciarem que não conseguiremos recuperar o dinheiro desembolsado (ou mesmo ainda a desembolsar) na compra desses estoques, e consideramos essa parte do dinheiro não recuperável como encargo do

período, constituindo a provisão para ajuste ao valor de mercado. Assim, todas as provisões têm a ver com o Fluxo de Caixa! E se as estimativas dessas perdas econômicas e financeiras não se confirmarem, reverteremos as provisões, de uma certa forma consertando a previsão que não se confirmou. Ou, se necessário, complementamos, mas sempre conscientes de que elas têm tudo a ver com o Fluxo de Caixa. Só que nossa responsabilidade é exatamente a de prever, prevenir e informar sobre esses reflexos, independentemente de o caixa já estar sentindo as conseqüências ou não.

A Equivalência Patrimonial

Mais complicada do que a depreciação é a receita ou a despesa de equivalência patrimonial. Também tem a ver com o caixa, só que de novo o problema reside na diferença temporal possivelmente muito grande entre a realidade econômica e o reflexo financeiro.

Quando reconhecemos uma receita dessa natureza estamos nos antecipando ao efeito caixa que ocorrera quando recebermos os dividendos ou quando vendermos o investimento. E se nessa venda final ocorrer lucro ou prejuízo estará isso representando que o reflexo financeiro do investimento feito não terá sido completo, faltando agora o devido complemento ou a retificação. Afinal, a venda com lucro de um investimento avaliado por esse critério significa que o caixa obtido pela alienação é superior à soma do investimento financeiro originalmente efetuado com os resultados de equivalência já computados. Assim, separamos contabilmente o dinheiro agora recebido: parte é recuperação do dinheiro originalmente aplicado, parte é recebimento de lucro já contabilizado anteriormente e, a parte final, é o recebimento de um outro ganho ainda não registrado anteriormente. Assim, o registro do lucro na venda é o complemento econômico e financeiro da história completa do investimento. Se, por outro lado, na alienação houver um prejuízo, esse valor negativo poderá estar retificando lucros de equivalência já contabilizados, que financeiramente não se materializam.

Vemos assim a direta ligação também entre a equivalência e o Fluxo de Caixa. Mesmo que haja diferença enorme em termos de tempo entre os fluxos econômicos e financeiros relativos aos investimentos avaliados dessa forma, as mãos dadas entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa aparecem. Com raciocínios análogos conseguimos provar aos nossos usuários essa vinculação completa entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa.

Porque a Vinculação entre a Contabilidade e o Fluxo de Caixa?

É bastante óbvia a resposta a essa indagação. No mundo econômico o denominador final comum a todas as operações é o dinheiro. E, no longo prazo, o conceito de lucro está voltado exatamente a uma diferença de riqueza medida em dinheiro.

No caso extremo, qual o lucro de uma empresa no longo prazo? É a diferença entre valor de sua liquidação e os investimentos feitos pelos sócios (considerando-se, é claro, os lucros distribuídos durante a sua vida). Assim, o conceito tradicional e intuitivo de lucro está vinculado, em sua última conseqüência, ao fluxo financeiro de ponta a ponta entre a empresa e o seu proprietário.

Claro que, no caso de inflação, é necessário colocar-se todos os componentes do fluxo numa única moeda, corrigindo-se cada investimento feito pelos proprietários e cada lucro distribuído a eles ao longo do tempo. E de novo nos reencontramos com o Fluxo de Caixa. E a necessidade de se conhecer continuamente o andamento da vida da entidade exige a elaboração das demonstrações contábeis periódicas. E para isso o Regime de Competência produz realocações do Fluxo Financeiro de forma a se ter as confrontações necessárias a uma boa análise da evolução da efetiva rentabilidade e da correta posição financeira de qualquer entidade.

Porque o Regime de Competência? É ele realmente mais Útil?

Novamente repetimos que a grande diferença entre o Regime de Competência da Contabilidade e o Regime de Caixa dos fluxos financeiros puros reside na mais correta alocação, naquele, dos mesmos fluxos de entrada e saída destes. E que essa melhoria de alocação tem como objetivo efetuar uma contraposição mais válida entre as entradas e os sacrifícios em termos de saídas relativos a essas entradas.

O não cotejo entre esses fluxos para a empresa (ou qualquer outra entidade) provoca, comumente, idéias falsas sobre a verdadeira evolução patrimonial da entidade, ensejando avaliações errôneas. Entretanto, não significa isso que a Demonstração Contábil, Balanço mais Resultado, seja absolutamente uma alternativa ao Fluxo de Caixa pura e simplesmente. Isso significaria a possibilidade do abandono deste último. Mas ocorre que as Demonstrações Contábeis e o Fluxo de Caixa se interligam, e intimamente como afirmamos, mas não se excluem, já que ambos possuem seus próprios e específicos méritos.

Para a análise da evolução do patrimônio e para o conhecimento da sua efetiva rentabilidade, a Demonstração do Resultado e o Balanço juntos respondem adequadamente e de forma muito mais eficiente. Já, para a análise financeira de curtíssimo prazo o Fluxo de Caixa é mais útil. E não se pode esquecer que o acompanhamento da liquidez da empresa é tão importante quanto o da sua rentabilidade. Portanto, ambos os fluxos se complementam, e por isso se tem o generalizado uso concomitante dos dois na grande maioria dos países hoje.

Entretanto, daí a se falar em supremacia do Fluxo de Caixa vai uma grande diferença, ou talvez, desconhecimento mesmo. Afinal, aparentemente é mesmo mais fácil entender o fluxo financeiro puro do que o fluxo contábil.

Manipulações

Há outro ponto muito importante a ser comentado. Pode parecer que o Regime de Competência pode ser manipulado, enquanto que o Fluxo de Caixa pode parecer ser absoluto e verdadeiro porque vinculado a uma realidade aparentemente muito mais objetiva. Ledo e terrível engano de novo. As chances de manipulação no Fluxo de Caixa são muito mais fáceis de se produzirem e de forma “honestá”, enquanto que as do Regime de Competência, se existentes, normalmente derivam de efetivas fraudes, e isso não está em discussão. Por exemplo, um atraso deliberado no pagamento aos fornecedores pode aparentar um desempenho melhor dos recursos gerados pelas operações no Fluxo de Caixa. Ou um acréscimo no prazo de recebimento pode provocar, nesse exercício, uma significativa redução financeira, mesmo que isso não comprometa rentabilidade (dependendo do acréscimo ao preço pelo prazo adicionado). No fundo, é mais fácil a uma empresa provocar alterações no seu Fluxo de Caixa do que no seu fluxo de resultado. Logo, este é sempre mais confiável, desde que o rigor técnico esteja igualmente presente nos dois.

A capacidade preditiva da Demonstração do Resultado é muito maior que a do Fluxo de Caixa. Principalmente quando lembrarmos que naquela existe a confrontação entre receitas e despesas, enquanto que nesta não. Lá depreciamos ativos e confrontamos esse encargo com a receita que ele ajuda a produzir. No Fluxo de Caixa normalmente a desvinculação é completa e temos épocas com grandes desembolsos e épocas com grandes fluxos de entrada, e podemos perder de vista o devido cotejo.

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) e o Fluxo de Caixa

Não vamos aqui nos alongar e nem vamos entrar em detalhes maiores, mas há também um movimento mundial pela troca da DOAR, com base na variação do capital circulante líquido como a conhecemos no Brasil, pelo Fluxo de Caixa. Reconhecemos que para o caso de instituições financeiras, seguradoras e alguns tipos específicos de empresas essa troca é útil e já deveria ter ocorrido há muito tempo. Para eles não faz sentido falar-se em capital de giro líquido, principalmente porque o conceito de circulante e de longo prazo para essas empresas nada tem a ver com o das demais entidades.

Mas, para o caso das empresas industriais e comerciais, justifica-se plenamente essa substituição apenas pelo fato de ser muito mais fácil o entendimento do Fluxo de Caixa que o da DOAR. E talvez isso realmente já seja o suficiente para a mudança (é claro, sem se alterar a Demonstração do Resultado).

Mas, se olharmos do ponto de vista de efetiva utilidade e capacidade preditiva, veremos que a DOAR é muito mais rica e relevante do que o Fluxo de Caixa. (Provar isso talvez

justificasse um outro trabalho que não o presente, concordamos, mas não podemos deixar de registrar a opinião.)

De qualquer forma, o conceito de capital circulante líquido é mesmo muito mais difícil, por ser abstrato e não tão familiar quanto o de disponibilidade. E mais ainda, as pessoas que sabem de fato analisar a DOAR sabem muito bem montá-la, principalmente dispendo do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Resultado e do Balanço. Já o inverso é mais difícil: quem não sabe analisar a DOAR normalmente não é capaz de montar o Fluxo de Caixa.

Do ponto de vista prático, portanto, somos favoráveis à substituição, para efeito de divulgação, da DOAR pelo Fluxo de Caixa, mesmo reconhecendo a perda de capacidade informativa desta frente àquela, mas provavelmente com o ganho líquido decorrente da maior possibilidade de utilização do Fluxo de Caixa por um número muito mais ampliado de usuários.

Resumo

Demonstrações Contábeis e Fluxo de Caixa não são alternativos, mas sim complementos. O conhecimento e o domínio do que se entende por Regime de Competência propicia o entendimento da vinculação entre Demonstrações Contábeis e Fluxo Financeiro. Balanço, Demonstração do Resultado e Fluxo de Caixa estão umbilicalmente ligados.

A capacidade preditiva da Demonstração do Resultado e a sua capacidade de verificação, em conjunto com o Balanço, da real evolução patrimonial é muito superior, a médio e longo prazo, à capacidade do Fluxo de Caixa. Este tem enorme utilidade para a verificação da evolução da liquidez e da posição financeira a curto prazo, perdendo muito no cotejo entre investimento e retorno por considerá-los desmembradamente. Além disso, o Fluxo de Caixa é muito mais sensível a políticas de mudança de prazo ou atrasos nos pagamentos ou recebimentos. Daí a maior chance de sua manipulação.

O potencial informativo da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos no conceito de capital circulante líquido é também, na nossa opinião, superior ao do Fluxo de Caixa para as empresas comerciais e industriais. Todavia, por lidar aquela Demonstração com conceito abstrato de folga financeira, provoca dificuldades na maior parte dos usuários. Daí justificar-se sua substituição pelo Fluxo de Caixa. Este tem utilidades efetivas, mas para quem conhece Regime de Competências, essas utilidades são complementares as das Demonstrações Contábeis.

Em suma, a discussão de superioridade do Fluxo de Caixa é válida para verificarmos o quanto ainda não se entende de Contabilidade e sua vinculação com o Fluxo de Caixa e para assumirmos uma postura educacional mais intensa. Precisamos comunicar melhor o que significa o nosso produto (as Demonstrações Contábeis) para evitarmos o surgimento,

com certa intensidade recente, de afirmações que poderão levar usuários e analistas a caminhos incertos.